

Os artigos publicados nesta edição dos *Cadernos da Escola do Legislativo* concentram-se em três grandes áreas temáticas. Os dois primeiros textos partem da ciência política para investigar questões específicas ligadas aos partidos políticos. O primeiro autor discute o chamado processo de “judicialização da política”, isto é, a expansão dos mecanismos de intervenção, no Poder Judiciário, de órgãos e entidades públicas ou privadas – e, entre eles, especificamente os partidos políticos – no que se refere à formatação de políticas públicas e ao controle das leis e dos atos normativos. O segundo artigo parte de uma pergunta fundamental: pode-se exigir democracia como um direito subjetivo, oponível ao Estado, para a proteção dos direitos individuais de filiados de um partido político, considerado como pessoa jurídica de direito privado?

No terceiro artigo, situado no âmbito do direito eleitoral, as autoras debruçam-se sobre as mudanças ocorridas

na legislação sobre as pesquisas eleitorais, que tiveram o propósito de evitar a manipulação dos resultados dos pleitos.

Nos três artigos seguintes mantemos uma das linhas editoriais que norteiam os rumos dos *Cadernos*: a análise das políticas públicas. Os autores do quarto artigo da edição abordam os novos marcos para o planejamento e as políticas urbanas no âmbito local, instaurados pela Constituição Federal de 1988. No quinto artigo o mecanismo tributário do ICMS cultural é analisado como estratégia de indução da descentralização de políticas de patrimônio cultural. O último autor publicado aborda um dos mecanismos de deliberação e aprimoramento democrático, os conselhos públicos, a partir do estudo de caso do Conselho Municipal da Juventude de Belo Horizonte.

Na seção *Documenta* prestamos homenagem às eleições republicanas, com a reprodução do ato que normatizou o primeiro sufrágio eleitoral realizado na República.

O editor